

FAKE NEWS, CRISES INSTITUCIONAIS E PÓS-VERDADE

HANSEN, Gilvan Luiz

Professor Doutor do Departamento de Direito Privado/UFF/Brasil
gilvanluizhansen@id.uff.br

TOSTES, Eduardo Chow Martino

Mestre pela Universidade Federal Fluminense/UFF/Brasil
eduardo_tostes@hotmail.com

HANSEN, Gabriel da Fonseca e Cunha

Graduando em Ciências da Comunicação/Universidade do
Minho/Portugal
gabrielchansen@hotmail.com

RESUMO

As crises institucionais generalizadas parecem caracterizar os últimos cinquenta anos, gerando abalos significativos nos campos da política, do direito, da economia e das relações interpessoais. E um traço sutil destas crises é que já não ocorrem de maneira fortuita, mas são provocadas no sentido de gerar determinadas instabilidades e propiciar resultados satisfatórios a determinados grupos de interesses socialmente estabelecidos. Nestas crises, as denominadas *fake news* ganham espaço crescente enquanto instrumentos de geração de abalos institucionais, levando alguns teóricos a denominar o período atual como um tempo de pós-verdade. Compreender o significado das crises institucionais contemporâneas enquanto fenômeno deliberado, analisar a concepção de verdade e de pós-verdade implícitas na atualidade e delinear o papel das *fake news* no processo de geração de abalos institucionais, estes são os objetivos da presente reflexão.

Palavras-chaves: Abalos; *Fake news*; Pós-verdade; Crises; Instituições.

RESUMEN

Las crisis institucionales generalizadas parecen caracterizar los últimos cincuenta años, generando choques significativos en los campos de la política, el derecho, la economía y las relaciones interpersonales. Y una característica sutil de estas crisis es que ya no ocurren por casualidad, sino que son provocadas para generar ciertas inestabilidades y proporcionar resultados satisfactorios a ciertos grupos de intereses socialmente establecidos. En estas crisis, las llamadas *fake news* ganan cada vez más espacio como herramientas para generar choques institucionales, lo que lleva a algunos teóricos a calificar el período presente como un tiempo posterior a la verdad. Entender el significado de las crisis institucionales contemporáneas como un fenómeno deliberado, analizar la concepción de la verdad y la post-verdad implícitas en la realidad actual, y esbozar el papel de las noticias falsas en el proceso de generar choques institucionales son los objetivos de la presente reflexión.

Palabras clave: Choques; *Fake news*; Post-verdad; Crisis; Instituciones.

ABSTRACT

Generalized institutional crises seem to characterize the last fifty years, generating significant shocks in the fields of politics, law, economics and interpersonal relations. And a subtle feature of these crises is that they no longer occur by chance, but are provoked to generate certain instabilities and provide satisfactory results to certain groups of socially established interests. In these crises, so-called fake news gain increasing space as tools for generating institutional shocks, leading some theorists to call the present period a post-truth time. Understanding the significance of contemporary institutional crises as a deliberate phenomenon, analyzing the conception of truth and post-truth implicit in today's reality, and outlining the role of fake news in the process of generating institutional shocks are the objectives of the present reflection.

Key-words: Shocks; Fake news; Post truth; Crises; Institutions.

SUMÁRIO. I. INTRODUÇÃO; II. AS CRISES E SEU SIGNIFICADO SOCIAL; III. CRISE, FAKE NEWS E PÓS-VERDADE; 3.1. Verdade e pós-verdade; 3.2. O papel das *fake news* na dominação social; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

I. INTRODUÇÃO

Quando, na noite de um longínquo 30 de outubro de 1938, véspera de Halloween, o jovem radialista de 23 anos, Orson Welles, decide transmitir uma adaptação para o rádio da novela “A guerra dos mundos”, escrita por Herbert George Wells em 1898, não imaginava o impacto que causaria: pessoas que ligaram o rádio depois do início do programa tomaram como verdade e notícia o teor do que estava sendo dito (que os extraterrestres estavam invadindo os Estados Unidos, num vilarejo próximo a New Jersey); isso gerou um pânico geral e muitas pessoas, em desespero, chegaram a se suicidar, num verdadeiro caos social gerado a partir da utilização dos meios de comunicação social.

Essa lição de utilização de versões dos fatos como se fossem verdade foi aprendida pelos governos e amplamente utilizada, quer no período da segunda guerra mundial, onde as batalhas de informação e contra-informação foram intensas e permanentes, quer no período posterior, quando a chamada “guerra fria” e as relações internacionais eram alimentadas à custa de espionagem e de informações falsas plantadas e difundidas pelo mundo afora.

Todavia, a partir da década de 70 do século XX é que a tecnologia da informação se disseminou de tal maneira que ocasionou a planetarização das pessoas, a partir da comunicação e do acesso às informações. Passamos a nos aperceber como membros

daquilo que o canadense Herbert Marshall McLuhan então denominou de “aldeia global”.

Com esse fenômeno, tornamo-nos informados, praticamente de modo instantâneo ao seu acontecer, dos eventos ocorridos em todo o planeta, dos mais importantes aos mais banais. Inserimo-nos, pois, numa potencial comunidade mundial de comunicação, capaz de saber dos acontecimentos e reagir criticamente a estes, influenciando em decisões políticas e sociais tomadas nas diversas nações.

Paradoxalmente, contudo, a dialética e a dinâmica das instituições nos tornaram alvos das manipulações e dos controles de informações, operados contemporaneamente através das redes sociais, dos sites que consultamos, dos hábitos de consumo que explicitamos em aquisições via internet, etc.

E nesse ambiente virtual que impacta brutalmente nosso cotidiano, inicialmente o foco se voltou para a venda de produtos e de serviços com teor enganoso, através das propagandas, algo sobre o qual as instituições governamentais e sociais se voltaram para combater, através de legislação específica, a proteger os cidadãos e os consumidores.

Entretanto, há hoje uma nova forma de utilização dos meios de comunicação social com finalidades de dominação político-econômica que se efetiva através das chamadas *fake news*, informações que são passadas como se fossem notícias de fatos apresentados como se fossem verdadeiros, mas que são produtos de grupos de poder interessados em gerar abalos institucionais, a fim de obter vantagens disso.

As crises institucionais generalizadas parecem caracterizar os últimos anos, gerando abalos significativos nos campos da política, do direito, da economia e das relações interpessoais. E um traço sutil destas crises é que já não ocorrem de maneira fortuita, mas são provocadas no sentido de gerar determinadas instabilidades e propiciar resultados satisfatórios a determinados grupos de interesses socialmente estabelecidos.

Nestas crises, as denominadas *fake news* ganham espaço crescente enquanto instrumentos de geração de abalos institucionais, levando alguns teóricos a denominar o período atual como um tempo de pós-verdade.

Compreender o significado das crises institucionais contemporâneas enquanto fenômeno deliberado, analisar a concepção de verdade e de pós-verdade implícitas na atualidade e delinear o papel das *fake news* no processo de geração de abalos institucionais, estes são os objetivos da presente reflexão.

Para tanto, valendo-nos de uma metodologia ancorada nos parâmetros da teoria crítica da sociedade, de inspiração na Escola de Frankfurt, procuraremos inicialmente

caracterizar o que entendemos por crises institucionais e sua dinâmica contemporânea, explicitando a seguir como estas se conectam a uma concepção de verdade, ou de “pós-verdade”; finalmente, como esses elementos se relacionam aos meios de comunicação, às *fake news* e, a partir delas, com a desestabilização de instituições hoje perpetradas por grupos de poder com interesses de dominação social.

II. AS CRISES E SEU SIGNIFICADO SOCIAL

Quando falamos de crises de todo o tipo, também das institucionais, devemos compreender o significado daquilo que se convencionou denominar de crise.

O termo crise, desde sua utilização em civilizações antigas, como a chinesa ou a grega, remeteu seu significado a uma ruptura que estabelece em algo ou com algo. Essa ruptura pode ser aniquiladora, à medida que pode gerar o desaparecimento, a morte, a cessação; mas igualmente pode ser revigorante, uma vez que provoca a abertura de condições para o surgimento do novo, do pulsante.

Também na tradição judaico-cristã essa compreensão é reforçada, à medida que se desenvolve a visão de que é a ruptura da vida que gera a vida nova, morte e ressurreição.

A tensão inafastável entre permanência e mudança, contida nas culturas milenares e que chega ao ocidente nos embates de Parmênides e Heráclito, também encontra na concepção de crise o seu acontecer. Talvez isso explique o misto de angústia e apreensão, medo e euforia, que envolve as reações humanas diante das crises.

À proporção que o Império Romano vai se consolidando, começa-se *pari passu* a compreender as crises como algo a ser combatido e evitado, pelas instabilidades nelas presentes: o direito, as legiões e a organização político-administrativa estatal devem garantir a segurança, a estabilidade e a rotina, afastando a sociedade das crises.

E apesar disso não ter sido suficiente para garantir a “eternidade” e perenidade do Império Romano, essa noção de estabilidade e de extirpação das crises se tornou marca do cristianismo medievo, cioso pelo “bom pastor” a garantir o sossego e o bem estar do seu rebanho, passiva e pacificamente conduzido, em nome de Deus e da Igreja.

Por isso, ao longo dos tempos e com raras exceções, as crises foram percebidas pela humanidade como momentos a serem evitados e, quando não possível, enfrentados e superados, para gerar a estabilidade e a tranquilidade.

Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de

dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade.¹

No entanto, na modernidade, especialmente a partir do século XX, as crises passaram a ser encaradas por governos e outras instituições como instrumentos de obtenção de resultados específicos.

Se tomarmos a Primeira Guerra Mundial como exemplo, veremos que foi oriunda de uma crise político-econômica gerada, dentre outros fatores, pela disputa de mercados internacionais entre nações européias. Tal contenda foi causadora de uma crise sem precedentes em termos mundiais, especialmente em boa parte dos países da Europa, palco principal dos conflitos e que teve seus territórios em grande medida devastados por bombardeios.

Todavia, se muitas pessoas perderam com a guerra, outras lucraram muito com ela, fornecendo armas, munições, medicamentos, suprimentos e, finda a guerra, materiais diversos para a reconstrução de rodovias, pontes, ferrovias, edifícios, etc.

E um fenômeno similar foi observado ao longo da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que muitas corporações e governos passassem a ver crises desta ordem como benéficas aos seus interesses de obtenção de lucros ou mesmo de ampliação de domínio político-econômico. Mas para que uma grande crise possa ser provocada e trazer polpidos resultados, ela deve acontecer a partir de outras crises provocadas em diversas instituições e em lugares variados, de forma a gerar uma instabilidade sistêmica, mas controlável dentro dos parâmetros e metas a serem atingidas pelos seus provocadores. No aparente descontrole das crises, há um *telos* orquestrado para o seu acontecer.²

O mundo em que nos encontramos hoje [...] em vez de estar cada vez mais sob nosso comando, parece um mundo em descontrole. Além disso, algumas das influências que, supunha-se antes, iriam tornar a vida mais segura e previsível para nós, entre elas o progresso da ciência e da tecnologia, tiveram muitas vezes o efeito totalmente oposto. A mudança do clima global e os riscos que a acompanham, por

¹ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca Básica), p. 13.

² GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. 6.ed. Tradução de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 14.

exemplo, resultam provavelmente de nossa intervenção no ambiente. Não são fenômenos naturais. A ciência e a tecnologia estão inevitavelmente envolvidas em nossas tentativas de fazer face a esses riscos, mas também contribuíram para criá-los.

Deste modo, as crises passaram a ser “fabricadas” em várias instituições, por grupos de interesses de poder específicos, gerando abalos nas instituições que beneficiam de alguma maneira a esses atores orquestradores das crises. Esses abalos são significativos porque, se tornando sistemáticos e generalizados, põem em risco a própria identidade social ao provocar a corrosão e a desintegração das relações.

Habermas³ chama a atenção para esta peculiaridade da compreensão atual da crise e de sua utilização ao falar do capitalismo tardio:

Nas sociedades tradicionais, as crises aparecem quando, e apenas quando, problemas de condução não podem ser resolvidos dentro da possibilidade do espaço circunscrito pelo princípio de organização e, portanto, produz perigos para a integração do sistema que ameaçam a identidade da sociedade. Nas sociedades liberais capitalistas, por outro lado, as crises se tornaram endêmicas porque problemas de condução temporariamente sem solução, que o processo de crescimento econômico produz em intervalos mais ou menos regulares enquanto faz ameaça a integração social.

Em tempos de utilização sistemática e estratégica das crises como instrumentos de obtenção de vantagens específicas, os grupos de interesse que as potencializam se valem de um processo de mascaramento das verdades, de discursos que parecem ser portadores de veracidade, mas não o são. E tais grupos de interesse se valem de um instrumento importante para gerar abalos institucionais e atingir de maneira massiva a população: as *fake news*.

Passemos, pois, a analisar a relação entre crises e verdade, para na sequência entendermos o papel das *fake news* nesse processo social.

III. CRISE, FAKE NEWS E PÓS-VERDADE

Efetivas obras de ficção com gênero literário⁴ ora sofisticado, ora tosco, as *fake news* são “plantadas” nos meios de comunicação de massa para parecerem notícias cujo teor se apresenta como verídico, gerando efeitos devastadores sobre a opinião pública, pois não apenas geram uma distorção localizada de um fato qualquer, mas provocam

³ HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tradução de Wamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 39.

⁴ HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 235-258.

uma desconfiança generalizada nas próprias informações, pois tudo passa a ser possível como verdade.

Assim, a verdade deixa de ser algo que possua qualquer parâmetro objetivo de verificação para se tornar aquilo que cada um quer acreditar como sendo verdadeiro, lançando a sociedade num relativismo que caracteriza o que alguns denominam de era da pós-verdade.⁵

Discorramos rapidamente sobre a questão da verdade, para melhor compreender o que está imbricado da concepção de pós-verdade.

3.1. Verdade e pós-verdade

Desde a antiguidade, praticamente todas as civilizações pautaram sua concepção de verdade numa perspectiva ontológico metafísica. Isso significa, em linhas gerais, assumir que a verdade é uma coisa, um ser (*ontos*), que o ser humano tem a posse na medida em que esta se encontra em si, na sua mente. E essa posse da verdade ocorre porque a verdade foi posta em nós, na alma humana (num viés subjetivista) ou foi absorvida por nós da natureza (num viés objetivista). No viés subjetivista, o que predomina

[...] é a crença de que a verdade e o conhecimento são uma propriedade do sujeito, presentes nele de maneira anterior à experiência. Isso faz com que haja uma descoberta da verdade dentro de nós, um desvelamento do ser que já está dado, que já está posto; nada de novo se cria em termos de conhecimento, mas apenas se recorda aquilo que já está dado como verdade. Ademais, há uma depreciação da experiência e um desprezo para com as possibilidades de aprendizado com a alteridade, já que outro só se nos apresenta como alguém que deve se moldar às verdades que trazemos em nossa mente; ou ele se “converte” e percebe a verdade, esta que se revela no sujeito, ou então deve ser “neutralizado” (eliminado, calado, extirpado da sociedade).⁶

Por sua vez, no viés objetivista, impera

[...] uma convicção de fundo no sentido de que a verdade e o conhecimento humanos são advindos da descoberta destes na natureza, posto que nela é que reside a sede dos mesmos. Deste modo, conhecer significa absorver as verdades, através da experiência, adequando o intelecto humano ao ser da realidade.⁷

⁵ HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004, p. 242-266.

⁶ HANSEN, Gilvan Luiz. Conhecimento, verdade e sustentabilidade: perspectivas ético-morais em cenários contemporâneos. In: REBEL GOMES, Sandra Lúcia; NOVAIS CORDEIRO, Rosa Inês; MENDES DA SILVA, Ricardo Perlingeiro. (Orgs.). *Incurções interdisciplinares: Direito e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012, v. 1, p. 59.

⁷ HANSEN, 2012, p. 60.

Tais compreensões acerca da verdade foram hegemônicas na antiguidade e estão presentes no caldo cultural que constitui a modernidade até nossos dias, em que pese a ultrapassagem cognitiva destas teorias do conhecimento pelas reflexões de Immanuel Kant, no século XVIII, e da Escola de Oxford (especialmente John L. Austin), no século XX.

Contemporaneamente, os contributos de Kant e Austin são atualizados nas discussões acerca do conhecimento e da verdade levados a cabo por Jürgen Habermas, em obras como *Técnica e ciência como ideologia* (1968), *Conhecimento e interesse* (1968), *Teoria da ação comunicativa* (1981), *Teoria da ação comunicativa: estudos complementares e prévios* (1984), *Pensamento pós-metafísico* (1988) e *Verdade e justificação* (2004).

Percebe-se, nesses autores mencionados, desde Kant, um deslocamento de uma perspectiva ontológico-metafísica para uma concepção lingüística e discursiva da verdade: esta passa a ser vista como uma pretensão de validade levantada entre pessoas quando querem descrever um objeto ou fato. Deste modo, o que é verdadeiro, falso ou indecível não é o objeto ou o fato descrito, mas a descrição feita por um sujeito a outros interlocutores; e existem parâmetros de verificabilidade para corroborar ou não como verdadeira a descrição efetivada.

Ora, essa nova compreensão da verdade que brota no século XX abre espaço, por um lado, para a desmitificação do conhecimento e da verdade, já que passam a ser produtos das relações sociais mediadas pela linguagem; por outro lado, para a manipulação das descrições e para a intransparência quanto aos parâmetros de verificabilidade das mesmas, sedimentando o lugar e o ambiente da denominada pós-verdade.

Assim, toda a descrição é possível como verdade, sem limites ou parâmetros, levando à obsolescência da própria possibilidade da verdade; daí a “pós” verdade. E isso impactará decisivamente a sociedade de massas, que se verá sem referenciais ou com os referenciais de ocasião que cada pessoa quiser tomar como válido naquele momento, sem preocupação alguma de coerência ou congruência com o momento anterior ou seguinte.

Paradoxalmente, como as pessoas ainda estão impregnadas dos “odores culturais” irrefletidos das tradições, para fugir à instabilidade e à fluidez, muitas delas passam a se agarrar às verdades de origem tradicional, notadamente portadoras de caráter ontológico-metafísico.

Verdades consagradas exclusivamente por dogmas necessitam de instrumentos que aparentem suas existências. Tal como as religiões, que necessitam de manifestação cultural para demonstrar sua expressão, o dogma necessita do formalismo para afirmar sua facticidade, porém, a expressão formal de seus postulados, em ambos os casos, não os legitima senão por aceitação ideológica ou crença desprovida de razão.⁸

Essa naturalização ontológico-metafísica nas condutas das pessoas em sociedade leva à adoção de posturas fundamentalistas, de teor político e matizes religiosos.

[...] quando uma pessoa ou grupo assumem uma perspectiva substancial com relação ao seu projeto, encarando-o como o único modo possível e verdadeiro de realizar a sociedade, assumem o que aqui denominamos de postura fundamentalista. Na posse de verdades absolutas e inquestionáveis, ancoradas em concepções ontológico-metafísicas, tendem a se colocar na posição de ruptura com qualquer tipo de diálogo ou na negação de qualquer forma de interlocução, como se isso fosse o natural, o normal.⁹

Os riscos de retrocessos civilizatórios, a níveis de barbárie pré-modernos, são elevadíssimos. E sobre isso é necessário que se reflita, no intuito de compreender o que se passa a fim de agir no enfrentamento desses projetos de dominação social em âmbito planetário.

3.2. O papel das *fake news* na dominação social

As *fake news* (falsas notícias) não são uma exclusividade do nosso tempo, pois estão presentes ao longo da história humana, nas narrativas de diferentes povos e civilizações. Falsas notícias condenaram Sócrates à morte na Grécia, derrubaram Cleópatra e Marco Antônio no período romano, impediram que Aníbal e os cartagineses tomassem Roma, condenaram Jesus à crucificação, foram usadas amplamente nas guerras e pelos serviços secretos das nações; e assim poderíamos elencar centenas de outros eventos.

Contudo, o que há de novo nas *fake news* está ligado ao seu potencial aniquilador ou alavancador decorrente do desenvolvimento tecnológico e da planetarização das informações pelas novas formas de comunicação global (redes sociais, propagandas, televisões, computadores, etc.).

O efeito de aceleração advindo das técnicas avançadas de comunicação e de transporte possui uma importância totalmente diferente para a modificação a longo

⁸ LOPES FILHO, Ozéas Corrêa. *Inquérito policial – teoria e crítica ao modelo investigativo brasileiro (uma alternativa democrático-discursiva)*. Niterói: Editora Light, 2013, p. 92.

⁹ HANSEN, Gilvan Luiz; HANSEN JÚNIOR, Gilvan Luiz. Democracia, Estado de Direito e fundamentalismo. In: NEVES, Edson Alvisi; FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz. *Democracia, estado de direito e cidadania: enfoques e reflexões*. Niterói/RJ: Ed. Light, 2014. p. 234. E-Book.

prazo do horizonte cotidiano de experiências. [...] A consciência do espaço e do tempo é afetada de um outro modo pelas novas técnicas de transmissão, armazenamento e elaboração de informações. [...] As distâncias espaciais e temporais não são mais “vencidas”; elas desaparecem sem deixar marcas na presença ubíqua de realidades duplicadas. A comunicação digital finalmente ultrapassa em alcance e em capacidade todas as outras mídias. Mais pessoas podem conseguir e manipular quantidades maiores de informações múltiplas e trocá-las em um mesmo tempo que independe das distâncias. Ainda é difícil de se avaliarem as conseqüências mentais da Internet, cuja aclimação no nosso mundo da vida resiste de um modo mais enérgico do que a de um novo utensílio doméstico.¹⁰

Esses elementos contidos no nosso tempo dão às falsas notícias, por um lado, uma aparência de veracidade antes não vista, graças à sofisticação de recursos para a sua produção; por outro lado, disseminam e alastram rapidamente a informação, valendo-se de uma rede de comunicação que possui capilaridade e abrangência planetária.

Alie-se ao fenômeno supra explicitado o anseio da massa, do ajuntamento humano, em ter segurança e estabilidade entendida como não ter o esforço do pensar, do refletir criticamente. A conseqüência disso é a absorção das *fake news* como verdades absolutas e uma quase total impermeabilidade ante à crítica ou ao diálogo, pois ainda que alguém prove serem as notícias falsas, “o gado doméstico”¹¹ já se põe surdo aos argumentos e deprecia ou hostiliza qualquer manifestação que possa vir a se contrapor às suas crenças.

Deste modo, fica mais fácil para os detentores dos aparatos tecnológicos, as corporações e os governos usarem seu poderio no sentido de impor seus interesses, obtendo a adesão e o conformismo de rebanhos dóceis e imbecilizados, que convertem falsas notícias em verdades absolutas e ainda ajudam seus dominadores a carregar as coisas que expropriam deles, sendo a liberdade e a capacidade crítico-reflexiva extirpadas das práticas destas populações, lembrando-nos o quadro vaticinado por F.W. Nietzsche em *Also sprach Zarathustra: Ein Buch für Alle und Keinen*, ao dizer que nada se devia dar ao povo, mas, ao contrário, tudo tomar dele, pois este ainda de bom grado ajudaria a carregar o que se lhe era tomado: “Nada lhes dê — disse o santo. — Pelo contrário, tira-lhes qualquer coisa e eles logo te ajudarão a levá-la. Nada lhes convirá melhor, de que quanto a ti te convenha”.¹²

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001, p. 57-58.

¹¹ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o Esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 102.

¹² NIETZSCHE, F.W. *Assim falou Zarathustra*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 8.

A observação dos eventos cotidianos que ocupam os noticiários e que dão conta, mundo afora, da preocupação com as *fake news* utilizadas como instrumentos políticos de manipulação das populações em diferentes países motivou a abordagem deste tema de modo sistemático e crítico.

Os resultados que parecem surgir a partir das análises iniciais dão conta de que o fenómeno das *fake news* assumiu proporções planetárias e se tornou hoje um dos instrumentos mais eficazes de obtenção de resultados económicos e políticos por parte de grupos de interesse em disputa pelo poder nas sociedades.

Isso afeta a todos nós, cidadãos comuns, pois põem em risco as bases de sociabilidade alinhavadas ao longo de milênios e que se estruturaram contemporaneamente na forma de estados democráticos de direito. Mas impacta sobremaneira a nós, enquanto profissionais da educação e pesquisadores nas áreas humanísticas, pois possuímos uma responsabilidade social de crítica aos fenómenos, atuando como uma espécie de alarme contra “incêndios” que ameaçam consumir em chamas as sociedades nas quais vivemos. Por isso, torna-se mister essa tarefa crítica que ora engendramos e que precisa ser continuada.

CONCLUSÃO

Apesar dos cenários pouco alentadores, em termos globais, no que tange à superação destas posturas no âmbito das sociedades contemporâneas, o que se pode perceber é uma luta travada em trincheiras nem sempre visualmente acessíveis, cujo resultado implicará na dominação ampla das consciências em face dos interesses de mercado, ancorados em *fake news* e falsas identidades, ou na possibilidade de consolidação de espaços democráticos, críticos, onde a pluralidade das formas de se expressar e de existir possa ainda ser garantida.

O grande desafio, em tempos de pós-verdades e pós-modernidade, talvez se coloque na forma de defesa da racionalidade, enquanto capacidade humana que permitiu a que chegássemos a esse estágio civilizatório, mas que tem sido combatida em nome da religião, da política e do mercado, como se esses estivessem acima da própria racionalidade humana, enquanto entidades suprasensíveis e ahistóricas.

Somente graças à capacidade racional é que conseguimos, finalmente, discernir e delimitar o meu e o teu, o *ego* e o *alter*, construindo a subjetividade e a possibilidade do encontro de um outro que não eu, com o qual posso estabelecer

uma relação, um vínculo, um aprendizado, do qual pode resultar uma experiência cognitiva.¹³

Se há uma saída possível, a racionalidade em sua expressão comunicativa parece apontar uma possibilidade factível ou desejável, enquanto *Sollen*, enquanto dever ser.

É fundamental o amadurecimento de redes de participação social legítimas, a fim de estabelecer um modelo emancipatório, mais colaborativo, e também mais democrático.

No âmbito de uma democracia participativa, a opinião pública tem muitas funções a desempenhar. Nos respectivos meios de comunicação – desde a conversa de bar, passando pela imprensa escrita, falada e televisionada, até as ciências, simpósios e academias especializadas, sem falar nas iniciativas populares –, a opinião pública não apenas é um fórum em que se podem exprimir interesses e opiniões, mas também uma arena em que se luta por influência e poder. Outrossim, é uma instância crítica, perante a qual a política inteira, inclusive a jurisprudência, e sobretudo uma jurisprudência constitucional, deverá se justificar.¹⁴

O exercício discursivo em uma arena onde estão presentes culturas de caráter tão diverso pressupõe a participação de cidadãos capazes de argumentação e de disponibilização de escuta qualificada (interessada de fato). Urge o desenvolvimento de cidadãos capazes de adotar uma postura cosmopolita, cuja participação social possibilite o fortalecimento da confiança, das relações e das instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca Básica).

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolo*. 6.ed. Tradução de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tradução de Wamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Introdução e tradução de José Nicolau Heck. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1992. 2 v.

¹³ HANSEN, 2012, p. 57.

¹⁴ HÖFFE, Otfried. *A Democracia no mundo de hoje*. Tradução de Tito Livio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 132.

HABERMAS, Jürgen. La nueva intimidad entre cultura y política. *La necesidad de revisión de la izquierda*. Introdução e tradução de Manuel Jiménez Redondo. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2 v.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana*. 2.ed. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HANSEN, Gilvan Luiz. Conhecimento, verdade e sustentabilidade: perspectivas ético-morais em cenários contemporâneos. In: REBEL GOMES, Sandra Lúcia; NOVAIS CORDEIRO, Rosa Inês; MENDES DA SILVA, Ricardo Perlingeiro. (Orgs.). *Incursões interdisciplinares: Direito e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012, v. 1, p. 55-76.

HANSEN, Gilvan Luiz; HANSEN JÚNIOR, Gilvan Luiz. Democracia, Estado de Direito e fundamentalismo. In: NEVES, Edson Alvisi; FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz. *Democracia, estado de direito e cidadania: enfoques e reflexões*. Niterói/RJ: Ed. Light, 2014. p. 227-240. E-Book.

HÖFFE, Otfried. *A Democracia no mundo de hoje*. Tradução de Tito Lívio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JAPIASSU, Hilton. *As paixões da ciência*. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o Esclarecimento?. In: KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 3.ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

LOPES FILHO, Ozéas Corrêa. *Inquérito policial – teoria e crítica ao modelo investigativo brasileiro (uma alternativa democrático-discursiva)*. Niterói: Editora Light, 2013.

NIETZSCHE, F.W. *Assim falou Zaratustra*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROUANET, Sergio Paulo. *Interrogações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.